



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2017

Município de Itapuca - RS.

Edital de Pregão Presencial nº. 017/2017.

Tipo de Julgamento: MENOR PREÇO MENSAL.

Processo nº. 069/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPUCA-RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **14h30min do dia 21 do mês de setembro de 2017,** na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de ITAPUCA, sito na Avenida Júlio Cardoso, 953, Centro, na cidade de ITAPUCA-RS, se reunirão o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº. 007/2017, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a Contratação de Empresa Para Prestação dos Serviços descritos no item 1, processando-se esta licitação nos termos da Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/2002 e do Decreto Municipal número 007 de 12/02/2009, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93.

1 – DO OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância noturna armada.

1.1 - AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SERÃO EXECUTADAS ATRAVÉS DOS SEGUINTE POSTOS.

a) Dois postos de serviço de vigilância armada, durante 12 horas diárias, que compreende o seguinte: De segunda a domingo das 19hs às 07hs sem intervalos, no local estipulado pela contratante (Prédio do CRAS – Posto 1), sendo que permanecerão 02 vigilantes distribuídos em locais especificados pela administração sendo que os mesmos realizarão uma escala de serviços de 04 dias semanais intercalados, totalizando 48 horas semanais conforme informação e planilha semanal repassada pela administração municipal.

b) - Os vigilantes deverão ser devidamente habilitados (com curso e reciclagem periódica dentro de seu prazo legal), pertencentes ao quadro de funcionários da empresa, cobrindo o horário e local especificado, de modo a oferecer um nível adequado de segurança ao estabelecimento trazendo maior tranquilidade e comodidade a Administração Municipal.

c) – A empresa deverá fornecer armamento, uniformes, identificação e rádio comunicador aos vigilantes.

d) – A cada intervalo de 45 (quarenta e cinco minutos), um vigilante deverá deslocar-se para outros pontos, fora do posto de serviço, que são: Posto 2) Centro Administrativo Municipal; Posto 3) Escola João Claudir Caproski/Escola Infantil Pingo de Gente/Complexo Esportivo Alfredo Giuseppe Scorsatto e Ginásio de Esportes; Posto 4) Parque de Máquinas Municipal; Posto 5) Unidade Básica de Saúde; Posto 6) Praça Municipal e Ginásio de Esportes, sendo que o deslocamento deverá ocorrer em veículo



automotor ou motocicleta, de propriedade da Contratada, devidamente identificada e equipado com giroflex, percorrendo os postos indicados acima.

1.2 - AS ATIVIDADES VISAM BASICAMENTE ATINGIR OS SEGUINTE OBJETIVOS.

- a) Proteção às áreas sob vigilância contra invasões, roubos, furtos, danos, e incêndios;
- b) Controle de entrada e saída de pessoas e materiais, observados as determinações emanadas através do representante legal da contratante;
- c) Proteção a usuários dentro da área sob custódia;
- d) Orientação de circulação a usuários.
- e) Orientação para bom fluxo de veículos sendo o caso dentro da empresa.

1.3 - DESCRIÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS.

- a) Atender a demanda de forma integral, ou seja, de forma alguma deixar descoberta a área sob responsabilidade para vigiar.

1.4 - TAREFAS GENÉRICAS.

São aquelas que os vigilantes deverão executar independentemente do tipo de posto para o qual tenham sido escalados, a saber:

- a) Exercer a vigilância e proteção de seu posto de serviço e das áreas sob sua responsabilidade;
- b) Fiscalizar as barreiras existentes (muros, portas, portões, etc);
- c) Conferir se as portas estão bem fechadas sempre ao assumir o posto sob sua responsabilidade, tanto na chegada quanto na saída;
- d) Exercer a vigilância e proteção dos bens móveis e imóveis contidos na área, impedindo danos;
- e) Cumprir e fazer cumprir as normas internas, evitando aglomerações discussões e outras irregularidades em seu posto de serviço;
- f) Registrar irregularidades verificadas em seu turno de trabalho, anotando-as para que sejam tomadas as providências cabíveis;
- g) Cumprir rigorosamente as escalas de serviço;
- h) Apresentar-se rigorosamente uniformizado, ser assíduo, pontual e disciplinado no serviço;
- i) Cumprir rigorosamente as escalas de serviço;
- j) Aplicar em sua atividade profissional, os princípios de relações públicas recebidos nos cursos de formação;
- k) Comunicar ao chefe imediato ou ao seu substituto, os objetos encontrados na área, perdidos ou abandonados.

1.5 - TAREFA ESPECIFICA.

- a) Manter rigoroso controle de entrada e saída de pessoas e de materiais, quando for o caso, solicitando identificação;
- b) Efetuar revistas quando solicitados e autorizadas;
- c) Prestar informações inerentes às suas funções quando solicitadas;



d) Impedir o ingresso ou permanência de vendedores ambulantes, pedintes, ou de qualquer outra pessoa não autorizada.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

2.1. Para participação no certame, o licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deve apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em dois envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como nº. 01 e 02, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE ITAPUCA - RS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2017 ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS LICITANTE: (nome da empresa) ENDEREÇO:	AO MUNICÍPIO DE ITAPUCA - RS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2017 ENVELOPE Nº. 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO LICITANTE: (nome da Empresa) ENDEREÇO:
--	---

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento do País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou



b.2) termo de credenciamento (conforme modelo no Anexo II deste edital) outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.

Observação 2: Caso o Contrato Social ou Estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o termo de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para fins deste procedimento licitatório.

3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório à presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.5. As Empresas que pretender utilizar os benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº. 123/2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18 e 7.3 deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração firmada por contador ou representante legal da empresa, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.

OBS: A não apresentação da comprovação de enquadramento da empresa como "ME" ou "EPP", significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o pregoeiro, dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores aplicáveis ao presente certame, sendo que, a responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA DE PREÇO e 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

4.3. O Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão:

a) comprovar por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame;

b) apresentar ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação conforme modelo no anexo IV;

5. PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta de preço, cujo prazo de validade é fixado pela Administração Municipal em 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada no envelope nº 01, redigida em linguagem clara,



seqüencialmente numeradas e rubricadas, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, preferencialmente nos moldes sugeridos no Anexo I deste edital, com valor da proposta inferior ou igual ao valor de R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais mensais), e deverá conter:

- a) razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/e-mail (se houver) e nome da pessoa indicada para contatos;
- b) Descrição completa do produto ofertado; Erros de natureza formal que não alterem o valor das propostas, bem como quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidos como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- c) Preço unitário líquido mensal e total, indicado em moeda corrente nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação, bem como despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedora;

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

- 6.1.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.
- 6.2.** Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
- 6.3.** No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.
- 6.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 6.5.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.
- 6.5.1.** Dada a palavra ao licitante, está disporá de 02 (dois) minutos para apresentar nova proposta.
- 6.6.** A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate.
- 6.7.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 12 - DAS PENALIDADES deste Edital.



6.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-as com os valores em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que ofertar o menor preço, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital, com o preço compatível com o de mercado.

6.13. Serão desclassificadas as proposta que:

- a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b)** forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c)** afrontarem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- d)** contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis;

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15. Encerrada a Sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferencia de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5.1, deste edital.

6.15.1. Entendem-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.16. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a)** A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.



b) Se a microempresa ou a empresa de pequeno porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

6.17. Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.18. O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.19. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

6.20. A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Município, conforme subitem 15.1 deste Edital.

6.21. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº. 02, os seguintes documentos de habilitação.

- a)** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c)** Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d)** Prova de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- e)** Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, emitida pelo Município da sede da empresa;
- f)** Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, emitida pelo Estado da sede da empresa;
- g)** Prova de Regularidade quanto a Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h)** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **com data de emissão igual ou posterior a 01 de agosto de 2017;**
- i)** Alvará de localização e/ou funcionamento da Empresa, em vigência;
- j)** Atestado ou certidão de capacidade técnica com características semelhantes ao objeto do presente certame fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da



empresa no qual comprove a aptidão para o desempenho da atividade pertinente/semelhante ao objeto compatível com a licitação;

k) Certidão de regularidade da Brigada Militar – GSVG – Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guardas do Rio Grande do Sul em vigência;

l) Certificado de autorização de funcionamento expedido pela Polícia Federal;

m) Declaração da empresa (conforme modelo Anexo III deste Edital) de que atende ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal da licitante.

7.2. Para as Empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.3. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 7.1, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a da sessão em que for declarada como vencedora do certame.

7.3.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2. Ocorrendo a situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.3.3. O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 12.1, alínea *a*, deste edital.

7.4. O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8. DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.



8.2. Em caso de desatendimento às exigências de habilitação, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ele o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10 - DO CONTRATO

10.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (dias), convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

10.2 – O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos no interesse das partes de acordo com o artigo 57, inc. II da Lei 8.666/93, contemplando o índice do INPC apurado no período.

10.3 – Sem prejuízo de plena responsabilidade da contratada, todos os serviços serão fiscalizados pelo Município, através da Secretaria Geral de Governo, Coordenação e Planejamento.

10.4 – A contratada prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e obrigase a atender prontamente todas as reclamações, mantendo no local do serviço a supervisão necessária, tendo um representante ou preposto com poderes para tratar com o Município.



10.5 – No caso de recusa no atendimento de qualquer reclamação, independentemente das sanções cabíveis, o Município poderá confiar a outrem os serviços reclamados e não executados, notificando previamente a contratada, descontando o seu custo, de uma só vez, no primeiro pagamento subsequente, sem que a mesma possa impugnar seu valor.

10.6 – A contratada assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venham dolosa ou culposamente prejudicar a terceiros ou o Município, quando da execução dos serviços.

11. DO PAGAMENTO:

11.1. O pagamento será efetuado mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devendo conter informações bancárias ou boleto bancário e assinatura do fiscalizador no corpo da nota fiscal para pagamento.

11.2. As faturas não poderão portar vícios ou incorreções que impossibilite o pagamento, hipótese essa em que a empresa contratada deverá suportar o ônus decorrente do atraso no pagamento.

11.3. Na realização do pagamento poderão ser feitas retenções tributárias nos termos da legislação.

11.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês.

11.5. As despesas decorrentes do presente edital correrão à conta das dotações orçamentárias específicas para o orçamento do exercício financeiro.

2075 – Proteção e Segurança dos Bens Públicos.

339039-0001 – 524 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA.

12. DAS PENALIDADES:

12.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*

c) deixar de manter a proposta: *suspensão do direito de licitar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerada inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*

f) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*



g) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.*

12.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

12.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13 - DA RESCISÃO:

13.1. O contrato será rescindido, de pleno direito, independente de notificação ou interpelação extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização, no caso de falência ou liquidação da CONTRATADA;

13.2. Constituem, igualmente, hipóteses de rescisão aquelas constantes dos artigos 77 a 80 da lei fed. 8.666/93.

13.3 - Além das condições previstas nos artigos anteriores, o contrato poderá ser rescindido, mediante termo próprio, na ocorrência das seguintes situações:

a) – Por mútuo consenso, a qualquer tempo, recebendo a **CONTRATADA**, nesta hipótese, pela execução até a data da ordem de paralisação dos mesmos, excluindo o montante das multas a pagar.

b) – Pelo **CONTRATANTE**, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que seja compelido a explicar os motivos determinantes, e, também, sem que seja obrigado a responder por ônus ou prejuízos resultantes, salvo o regularmente devido à **CONTRATADA**, excluindo o montante das multas a pagar.

c) – Pelo **CONTRATANTE**, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista a **CONTRATADA** direito de indenização de qualquer espécie, na ocorrência das seguintes situações:

I – Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;

II – Não recolher, no prazo determinado, as multas impostas;

III – Abandono ou sublocação total ou parcial do serviço;

IV – Manifesta deficiência do serviço;

V – Falta grave ao Juízo do Município;

VI – Falência ou insolvência;

VII – Não der início às atividades no prazo previsto.

14 – DA IMPUGNAÇÃO:

14.1. A impugnação ao edital será feita na forma do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, observando-se as seguintes normas:



- a) o pedido de impugnação ao edital poderá ser feito por qualquer cidadão, devendo ser protocolado até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para o recebimento das propostas.
- b) os pedidos de impugnação ao edital serão dirigidos a Autoridade Competente, durante o horário de expediente, que se inicia às 8 h e se encerra às 17 h.
- c) os pedidos de impugnação deverão ser feitos presencialmente com protocolo obedecidos os prazos das alíneas "a" e "b".
- d) não serão recebidos como impugnação ao edital os requerimentos apresentados fora do prazo ou enviados por e-mail ou por qualquer outro meio além do previsto na alínea anterior.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de ITAPUCA, setor de licitações, sito na Avenida Júlio Cardoso, 953, Centro, na cidade de ITAPUCA-RS, pelo fone (51) 3613 - 3058 no horário de expediente, preferencialmente, com antecedência mínima de até 02 (dois) dias úteis da data marcada para recebimento dos envelopes.

15.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de licitações.

15.3. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados.

15.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax, telefone e e-mail.

15.5. Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, Cópia Autenticada por Servidor Municipal de ITAPUCA, ou impressos via internet em publicação de órgão da imprensa oficial.

15.6. O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de ITAPUCA, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº. 8666/93, sobre o valor inicial contratado.

15.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

15.8. A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº. 8666/93).

15.9. São anexos deste Edital:

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO



ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO (MENORES)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

15.10. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Arvorezinha (RS), para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapuca, Estado do Rio Grande do Sul, aos 05 dias do mês de setembro de 2017.

Marcos José Scorsatto
Prefeito Municipal

Renato Reck
Pregoeiro

Este edital e seus anexos foram examinados e aprovados por esta Assessoria.

Silvano Scorsatto
Assessor Jurídico

Registre-se e publique-se.



ANEXO I – PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017.

MODELO DA PROPOSTA

Fornecedor:	
Endereço:	
Cidade:	Estado:
Cnpj:	Inscrição Estadual:

Local de Entrega: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Itapuca – RS
Prazo para entrega dos envelopes:
Condições de Pagamento: Conforme Edital

Item	Discriminação do Serviço	Valor Mensal R\$	Valor Total R\$
01	<p>1 - Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância noturna armada pelo período de <u>12 meses</u>.</p> <p>1.2 - AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SERÃO EXECUTADAS ATRAVÉS DOS SEGUINTE POSTOS.</p> <p>a) Dois postos de serviço de vigilância armada, durante 12 horas diárias, que compreende o seguinte: De segunda a domingo das 19hs às 07hs sem intervalos, no local estipulado pela contratante (Prédio do CRAS – Posto 1), sendo que permanecerão 02 vigilantes distribuídos em locais especificados pela administração sendo que os mesmos realizarão uma escala de serviços de 04 dias semanais intercalados, totalizando 48 horas semanais conforme informação e planilha semanal repassada pela administração municipal.</p> <p>b) - Os vigilantes deverão ser devidamente habilitados (com curso e reciclagem periódica dentro de seu prazo legal), pertencentes ao quadro de funcionários da empresa, cobrindo o horário e local especificado, de modo a oferecer um nível adequado de segurança ao estabelecimento trazendo maior tranquilidade e comodidade a Administração Municipal.</p> <p>c) – A empresa deverá fornecer armamento, uniformes, identificação e rádio comunicador aos vigilantes.</p> <p>d) – A cada intervalo de 45 (quarenta e cinco minutos), um vigilante deverá deslocar-se para outros pontos, fora do posto de serviço, que são: Posto 2) Centro Administrativo Municipal; Posto 3) Escola João Claudir Caproski/Escola Infantil Pingo de Gente/Complexo Esportivo Alfredo Giuseppe</p>		



<p>Scorsatto e Ginásio de Esportes; Posto 4) Parque de Máquinas Municipal; Posto 5) Unidade Básica de Saúde; Posto 6) Praça Municipal e Ginásio de Esportes, sendo que o deslocamento deverá ocorrer em veículo automotor ou motocicleta, de propriedade da Contratada, devidamente identificada e equipado com giroflex, percorrendo os postos indicados acima.</p> <p>1.2 - AS ATIVIDADES VISAM BASICAMENTE ATINGIR OS SEGUINTE OBJETIVOS.</p> <p>f) Proteção às áreas sob vigilância contra invasões, roubos, furtos, danos, e incêndios;</p> <p>g) Controle de entrada e saída de pessoas e materiais, observados as determinações emanadas através do representante legal da contratante;</p> <p>h) Proteção a usuários dentro da área sob custódia;</p> <p>i) Orientação de circulação a usuários.</p> <p>j) Orientação para bom fluxo de veículos sendo o caso dentro da empresa.</p> <p>1.3 - DESCRIÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS.</p> <p>a) Atender a demanda de forma integral, ou seja, de forma alguma deixar descoberta a área sob responsabilidade para vigiar.</p> <p>1.4 - TAREFAS GENÉRICAS.</p> <p>São aquelas que os vigilantes deverão executar independentemente do tipo de posto para o qual tenham sido escalados, a saber:</p> <p>a) Exercer a vigilância e proteção de seu posto de serviço e das áreas sob sua responsabilidade;</p> <p>b) Fiscalizar as barreiras existentes (muros, portas, portões, etc);</p> <p>c) Conferir se as portas estão bem fechadas sempre ao assumir o posto sob sua responsabilidade, tanto na chegada quanto na saída;</p> <p>d) Exercer a vigilância e proteção dos bens móveis e imóveis contidos na área, impedindo danos;</p> <p>e) Cumprir e fazer cumprir as normas internas, evitando aglomerações discussões e outras irregularidades em seu posto de serviço;</p> <p>f) Registrar irregularidades verificadas em seu turno de trabalho, anotando-as para que sejam tomadas as providências cabíveis;</p> <p>g) Cumprir rigorosamente as escalas de serviço;</p> <p>h) Apresentar-se rigorosamente uniformizado, ser assíduo, pontual e disciplinado no serviço;</p> <p>i) Cumprir rigorosamente as escalas de serviço;</p> <p>j) Aplicar em sua atividade profissional, os princípios de relações públicas recebidos nos cursos de</p>		
--	--	--



	<p>formação;</p> <p>k) Comunicar ao chefe imediato ou ao seu substituto, os objetos encontrados na área, perdidos ou abandonados.</p> <p>1.5 - TAREFA ESPECIFICA.</p> <p>a) Manter rigoroso controle de entrada e saída de pessoas e de materiais, quando for o caso, solicitando identificação;</p> <p>b) Efetuar revistas quando solicitados e autorizadas;</p> <p>c) Prestar informações inerentes às suas funções quando solicitadas;</p> <p>d) Impedir o ingresso ou permanência de vendedores ambulantes, pedintes, ou de qualquer outra pessoa não autorizada.</p>		
--	---	--	--

Validade da Proposta: 60 dias.

Data: _____ / _____ de 2017.

Assinatura e Carimbo do CNPJ



ANEXO II – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2017.

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de _____, na modalidade de Pregão, sob o nº 017/2017, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa

Nome do dirigente da empresa

Obs.: 1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

2. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do documento exigido no subitem 3.3. letra "b.2", do edital (se representante legal, instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida).



ANEXO III

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO 017/2017

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na rua _____, na cidade de _____, representada neste ato por seu _____ (procurador, sócio, etc), (qualificação), portador do CPF _____, residente e domiciliado _____, declara para fins de participação conforme Edital de Pregão Presencial nº 017/2017, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no Edital.

Local e Data

Assinatura



ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pregão Presencial Nº. 017/2017

Contrato Nº. .../2017

Que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAPUCA-RS**, entre jurídico de direito público, inscrito no CNPJ sob o Nº. 93.856.862/0001-00, com sede na Avenida Júlio Cardoso, Nº. 953, Itapuca-RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Sr.**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua José Petrochi, 1076, no Município de Itapuca-RS, neste ato denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do processo administrativo Pregão Presencial 017/2017, regendo-se o mesmo pela Lei Federal 8666./93 e Legislação Pertinente, assim, como pelas condições do Edital referido, Pelos termos da proposta, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância noturna armada.

1.3 - AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SERÃO EXECUTADAS ATRAVÉS DOS SEGUINTE POSTOS.

a) Dois postos de serviço de vigilância armada, durante 12 horas diárias, que compreende o seguinte: De segunda a domingo das 19hs às 07hs sem intervalos, no local estipulado pela contratante (Prédio do CRAS – Posto 1), sendo que permanecerão 02 vigilantes distribuídos em locais especificados pela administração sendo que os mesmos realizarão uma escala de serviços de 04 dias semanais intercalados, totalizando 48 horas semanais conforme informação e planilha semanal repassada pela administração municipal.

b) - Os vigilantes deverão ser devidamente habilitados (com curso e reciclagem periódica dentro de seu prazo legal), pertencentes ao quadro de funcionários da empresa, cobrindo o horário e local especificado, de modo a oferecer um nível adequado de segurança ao estabelecimento trazendo maior tranquilidade e comodidade a Administração Municipal.

c) – A empresa deverá fornecer armamento, uniformes, identificação e rádio comunicador aos vigilantes.

d) – A cada intervalo de 45 (quarenta e cinco minutos), um vigilante deverá deslocar-se para outros pontos, fora do posto de serviço, que são: Posto 2) Centro Administrativo Municipal; Posto 3) Escola João Claudir Caproski/Escola Infantil Pingo de Gente/Complexo Esportivo Alfredo Giuseppe Scorsatto e Ginásio de Esportes; Posto 4) Parque de Máquinas Municipal; Posto 5) Unidade Básica de Saúde; Posto



6) Praça Municipal e Ginásio de Esportes, sendo que o deslocamento deverá ocorrer em veículo automotor ou motocicleta, de propriedade da Contratada, devidamente identificada e equipado com giroflex, percorrendo os postos indicados acima.

1.2 - AS ATIVIDADES VISAM BASICAMENTE ATINGIR OS SEGUINTE OBJETIVOS.

- k) Proteção às áreas sob vigilância contra invasões, roubos, furtos, danos, e incêndios;
- l) Controle de entrada e saída de pessoas e materiais, observados as determinações emanadas através do representante legal da contratante;
- m) Proteção a usuários dentro da área sob custódia;
- n) Orientação de circulação a usuários.
- o) Orientação para bom fluxo de veículos sendo o caso dentro da empresa.

1.3 - DESCRIÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS.

a) Atender a demanda de forma integral, ou seja, de forma alguma deixar descoberta a área sob responsabilidade para vigiar.

1.4 - TAREFAS GENÉRICAS.

São aquelas que os vigilantes deverão executar independentemente do tipo de posto para o qual tenham sido escalados, a saber:

- a) Exercer a vigilância e proteção de seu posto de serviço e das áreas sob sua responsabilidade;
- b) Fiscalizar as barreiras existentes (muros, portas, portões, etc);
- c) Conferir se as portas estão bem fechadas sempre ao assumir o posto sob sua responsabilidade, tanto na chegada quanto na saída;
- d) Exercer a vigilância e proteção dos bens móveis e imóveis contidos na área, impedindo danos;
- e) Cumprir e fazer cumprir as normas internas, evitando aglomerações discussões e outras irregularidades em seu posto de serviço;
- f) Registrar irregularidades verificadas em seu turno de trabalho, anotando-as para que sejam tomadas as providências cabíveis;
- g) Cumprir rigorosamente as escalas de serviço;
- h) Apresentar-se rigorosamente uniformizado, ser assíduo, pontual e disciplinado no serviço;
- i) Cumprir rigorosamente as escalas de serviço;
- j) Aplicar em sua atividade profissional, os princípios de relações públicas recebidos nos cursos de formação;
- k) Comunicar ao chefe imediato ou ao seu substituto, os objetos encontrados na área, perdidos ou abandonados.

1.5 - TAREFA ESPECIFICA.

- a) Manter rigoroso controle de entrada e saída de pessoas e de materiais, quando for o caso, solicitando identificação;
- b) Efetuar revistas quando solicitados e autorizadas;
- c) Prestar informações inerentes às suas funções quando solicitadas;



d) Impedir o ingresso ou permanência de vendedores ambulantes, pedintes, ou de qualquer outra pessoa não autorizada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste contrato, o valor a ser pago pelo **MUNICÍPIO** à **CONTRATADA**, será de R\$

CLAUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** obriga-se a efetuar o pagamento da Nota Fiscal emitida até o décimo quinto dia do mês subsequente, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de até, podendo ser prorrogado por iguais períodos no interesse das partes de acordo com o artigo 57, inc. II da Lei 8.666/93, contemplando o índice do INPC apurado no período.

CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

I - A **CONTRATADA** sujeitar-se-á à fiscalização por parte do **MUNICÍPIO** no que se refere ao fiel cumprimento do presente contrato, para tanto a fiscalização e gestão do contrato ficará a cargo da Secretaria Geral de Governo, Coordenação e Planejamento, através do Secretário.....;

II - Visando à prestação de interesses recíprocos quaisquer circunstâncias que possam caracterizar descumprimento dos termos deste Contrato, deverão ser objeto de notificação escrita, com prazo de 3 (três) dias para resposta para qualquer das partes.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente edital correrão à conta das dotações orçamentárias específicas para o orçamento do exercício financeiro.

2075 – Proteção e Segurança dos Bens Públicos.

339039-0001 – 524 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

7.1. Dos Direitos:

7.1.1. Da Contratante: receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas.

7.1.2. Da Contratada: receber o valor ajustado na forma convencionada.

7.2. Das Obrigações:

7.2.1. Da Contratante:

a) Atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva entrega do objeto desta licitação;



- b) Efetuar o pagamento do valor contratado conforme avençado, mediante apresentação de documentos fiscais hábeis e laudo de aceitabilidade do fiscal do contrato;
- c) Permitir o bom relacionamento entre a empresa e o município quanto a tomada de decisão em assuntos pertinentes aos serviços.

7.2.2. Da Contratada:

- a) Execução total dos serviços na forma ajustada;
- b) Dar total garantia quanto a qualidade dos serviços fornecidos nos termos da Lei que rege a matéria, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer serviços entregues comprovadamente fora das especificações técnicas e padrões técnicos estabelecidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados nas propostas;
- e) Respeitar rigorosamente, durante o período de vigência do contrato, a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, bem como as normas de higiene, segurança e sinalização por cujos encargos responderá unilateralmente;
- f) Responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos que, eventualmente, venha a causar ao contratante, coisas, propriedades, ou terceiras pessoas, em decorrência da execução do contrato, ações ou omissões, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para o contratante, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar;
- g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Art. 65,§ 1º, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente;
- h) Emitir documento fiscal hábil, para fins de liquidação e posterior pagamento, constando informações bancárias, tributos a serem retidos (ISS, IRRF, INSS), o nº do Contrato Administrativo, bem como se a Licitante é Optante pelo Simples Nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1.** Na vigência do Contrato, a **CONTRATADA** estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei.
- 8.2.** Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
 - a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
 - b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*
 - c) deixar de manter a proposta: *suspensão do direito de licitar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*



- d)** executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência*;
- e)** executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerada inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato*;
- f)** inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato*;
- g)** inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato*;
- h)** causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato*.

8.3. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. O contrato será rescindido, de pleno direito, independente de notificação ou interpelação extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização, no caso de falência ou liquidação da CONTRATADA;

9.2. Constituem, igualmente, hipóteses de rescisão aquelas constantes dos artigos 77 a 80 da lei fed. 8.666/93.

9.3. Além das condições previstas nos artigos anteriores, o contrato poderá ser rescindido, mediante termo próprio, na ocorrência das seguintes situações:

a) – Por mútuo consenso, a qualquer tempo, recebendo a **CONTRATADA**, nesta hipótese, pela execução até a data da ordem de paralisação dos mesmos, excluindo o montante das multas a pagar.

b) – Pelo **CONTRATANTE**, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que seja compelido a explicar os motivos determinantes, e, também, sem que seja obrigado a responder por ônus ou prejuízos resultantes, salvo o regularmente devido à **CONTRATADA**, excluindo o montante das multas a pagar.

c) – Pelo **CONTRATANTE**, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista a **CONTRATADA** direito de indenização de qualquer espécie, na ocorrência das seguintes situações:

I – Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;

II – Não recolher, no prazo determinado, as multas impostas;

III – Abandono ou sublocação total ou parcial do serviço;

IV – Manifesta deficiência do serviço;

V – Falta grave ao Juízo do Município;

VI – Falência ou insolvência;



VII – Não der início às atividades no prazo previsto.

CLÁUSULA DÉCIMA – Aplica-se ao presente contrato, no que couberem, as disposições da Lei 8.666, de 21 de julho de 1.993, com as alterações introduzidas pela Lei 8.883, de 08 de junho de 1.994, e os dispositivos da licitação modalidade Pregão Presencial n.º. 017/2017.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Para dirimir eventuais dúvidas emergentes do presente contrato as partes elegem o Foro da Comarca de Arvorezinha - RS, com renúncia expressa a qualquer outro.

E por estarem justos e acordados, celebram o presente Termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual forma a teor, para que surta seus jurídicos efeitos.

Itapuca, de de 2017.

MUNICÍPIO-CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: _____

Esta minuta de contrato foi examinada e aprovada por esta Assessoria.

Silvano Scorsatto
Assessor Jurídico